

ENSAIO SOBRE RENOVAÇÕES RECENTES NA GEOGRAFIA HUMANA

Prof. Dr. Nilson Crocia de Barros
Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco
nccrocia@ufpe.br

RESUMO

O trabalho apresenta inovações que ocorreram na epistemologia da Geografia Humana nos últimos cinquenta anos. Para isto, analisa como o conceito de espaço na disciplina foi sendo enriquecido a partir de diversas iniciativas ou proposições teóricas que ao seu tempo criaram conflitos e adoções. As inovações são vistas não como cronológica e sucessivamente excludentes, mas sim como propostas que são recuperadas, transformadas em seus significados, aplicações e objetivos, submetidas à crítica e re-atualizadas enquanto o tempo que trás novas circunstâncias acadêmicas, culturais, sociais, tecnológicas, etc decorre, e que por fim formam o quadro conceitual e teórico complexo da Geografia. Especificamente, analisam-se as relações entre o espaço geográfico e os espaços relativos, ambos, conjuntamente e cada qual com sua funcionalidade, de importância crucial para o Pensamento Geográfico.

Palavras chave: Historia da Geografia, Epistemologia da Geografia, Pensamento Geográfico, História da Ciência.

ABSTRACT

The paper presents innovations that occurred in the epistemology of Human and Cultural Geography in the last fifty years. In order to do this, changes in the concept of space, changes due to several theoretical proposals that caused both rejection and adoption, were analyzed. Innovations are seen here not as excluding the previous ones, but as proposals that are recycled and transformed, acquiring new meanings, applications and purposes, since they are subjected to critical appraisal as time - with its academic, cultural, social, technological, etc changes- goes on. Specifically, the relationship between the geographical space and the relative spaces are discussed, and it is made evident that both concepts are of central importance to the Geographical Thought.

Key words: History of Geography, Epistemology of Geography, Geographical Thought, History of Science.

Introdução

A Geografia nos dias atuais exibe uma variedade de atributos e contingências que têm desafiado os seus estudiosos. Parece haver mais inquietudes e inseguranças que entusiasmo em relação à disciplina e por mais que evitemos tomar regionalizações do tempo - períodos -, o termo pós-Modernidade parece sensato para dar contornos temporais à questão, contornos dentro dos quais a Geografia torna-se um exemplar estudo de caso. O presente ensaio explora mudanças epistemológicas que aconteceram na disciplina nos últimos cinquenta anos e os resultados são animadores, animadores se, no campo da epistemologia, somos educados para reconhecer que, usando a expressão de Koelsch (2001, p.276), “o mundo não é generoso com as teorias que temos sobre ele.”

Neste meio século duas importantes caudais de propostas foram desimpedidas na disciplina formando dois cursos (*streams*) que não cessaram e não cessam de se enriquecer metodológica e tematicamente, inclusive irrigando-se mutuamente. Uma caudal das renovações foi representada pela emergência e propagação na Geografia das atitudes teóricas denominadas de lógico-positivistas, simbolizadas pelo trabalho de Schaefer (1953). Esta onda aparece como empresa ousada de ampliar para os fenômenos culturais-espaciais os raciocínios físico-matemáticos de análise, e diga-se que a iniciativa envolvia, filosoficamente, horizontes muito amplos, particularmente uma certa leitura da Metafísica e uma vitalização do Naturalismo. A reação à inovação dentro da disciplina foi severa. Aqui e ali, em diferentes contextos acadêmicos, as opiniões sobre a iniciativa foram diversas e inesperadas formando um espectro desde a extremada rejeição total (espécie de psicocentrismo acadêmico extremo) até à adoção entusiasta (alocêntrismo acadêmico extremo)(1).

Uma segunda caudal decisiva e continente de mudanças acontece no final dos anos de 1960, esta associada a novas atitudes diante dos valores sociais, políticos e culturais até então prevalecentes, reconstruindo o Historicismo em bases mais individualistas, militantes e reativas. Fatiamento do monolitismo dos conceitos – como o de espaço geográfico – a partir de leituras dos novos agentes que emergiam, reações às desigualdades étnicas, raciais, de gênero e de participação na riqueza gerada foram traços das alterações que invadiram a disciplina. Estas reflexões foram pouco a pouco revelando o amplo espectro epistemológico e de crenças políticas existente na Geografia ao longo dos anos de 1970 e começos de 1980, florescendo daí uma variedade de perspectivas como as ambientalistas, as socialistas de diversos matizes, as culturais e humanistas, ao lado de renovadas análises espaciais como as realizadas acerca da contra-urbanização e dos espaços urbanos pós-industriais.

Teorias espaciais e espaços abstratos

Os desenvolvimentos da Geografia a partir dos meados do século 20 fizeram com que o intuído ou o subentendido na compreensão do espaço – o espaço de vida –, por um lado, e a representação topográfica convencional deste espaço, por outro, passassem a figurar como insuficientes diante dos novos desafios e possibilidades postas diante da disciplina. A análise ou ciência espacial – cujo marco original de referência como movimento de idéias é o trabalho de Fred K. Schaefer (1953)(2), com o título *Exceptionalism in Geography: a methodological examination*, dirá que o conceito de espaço geográfico e os temas e procedimentos metodológicos decorrentes dele, como as monografias regionais, tendiam a produzir uma Geografia descritiva, corográfica, dos lugares(3), e por isto pré-científica segundo os cânones do neopositivismo. A representação topográfica e empírica da superfície da Terra, uma vez que refletiria a singularidade dos lugares, serviria mais propriamente aos estudos idiográficos e concretos(4), mas não era suficiente ao estudo científico que necessitaria testar hipóteses (suspêndê-las) e identificar regularidades nos assentamentos e comportamentos espaciais humanos. Tornava-se necessário reconceitualizar o espaço.

Não que o campo da Geografia estava deixando de ser a superfície da Terra; mas, o fato é que o espaço agora seria lógica e positivamente construído a partir de abstrações externas e em função de metas racionais de identificação e verificação de hipóteses de relações espaciais entre variáveis definidas para um tema específico. Este espaço construído poderia ser uma superfície isotrópica onde simulações do comportamento das variáveis isoladas poderiam ser realizadas. Com o desenvolvimento da Geografia Urbana, que se confunde com o das novas atitudes teóricas, o espaço urbano era agora um espaço relativo às interações das funções e objetos urbanos.

Assim, o espaço não é mais um a priori, “forma de todos os fenômenos dos sentidos externos”, o “uno” (KANT, 1999, pp.74,75), mas um a posteriori. A palavra espaço, então, amplia seu significado em Geografia, abrindo para a disciplina extraordinárias possibilidades de explorações temáticas através de diversos espaços teóricos e relativos, possibilidades antes opacificadas pela concepção do espaço geográfico único. Como corolário, os objetos da Geografia também se multiplicam definidos pelos estudos das diversas relações entre os inumeráveis componentes do espaço geográfico.

Naturalismo e Objetivismo

A Geografia como ciência espacial – com o seu “espaço teórico” (DAUPHINÉ, 1991, pp.48-52) – recebe decisiva influência dos procedimentos metodológicos do chamado positivismo lógico em uso na Economia Espacial, que com seus espaços abstratos, simulações de comportamento de variáveis e ênfase nas localizações relativas e nas distâncias, encontra mediante a legitimação da previsibilidade – oposta ao contingencialismo e acidentalismo do Historicismo – uma ampla acolhida e campo de aplicações. Isto significa minimização de certa Metafísica, a saber, idéias como a de totalidade, cosmos, caráter regional, lugar, assim como a intuição, a empatia e a apreensão estética, por não se subjugarem ao princípio da suspensão e verificação empírica das hipóteses de tendências ou leis.

Schaefer, interessado nos trabalhos dos economistas Christaller, Weber e Thünen(5), tinha em suas cogitações a cooperação de G. Bergmann, o autor de *The Methaphysics of Logical Positivism* (1978). Tal qual Schaefer, Bergmann era refugiado da Alemanha nacional-socialista e havia participado do grupo do positivismo lógico (neopositivismo) conhecido como Círculo de Viena, nos anos de 1920/começos de 1930 (MARTIN, 1989, p.81; LIVINGSTONE, 1992, p.318)(6). Para Schaefer (1996, p.572), numa ciência ativa os conceitos estavam “continuamente sendo refinados ou abandonados; leis e hipóteses são, como deve ser, confirmadas ou não, ou, talvez, reduzidas ao status de aproximações não mais satisfatórias. Metodologia é a lógica deste processo” de identificação do comportamento objetivo exterior; mas a Geografia continuava a confundir método com técnicas de ensino, técnicas de mapear e técnicas de realizar levantamentos históricos (SCHAEFER, 1996, p.572).

Os pontos centrais da proposta da Geografia como ciência espacial podem ser sumarizados da seguinte forma, resumindo-se as próprias palavras de Schaefer em resposta aos revisores do seu célebre artigo:

A Geografia não poderia – e nem a História também – desejar ter metodologia diferente das demais ciências; seria insustentável que ela continuasse taxonômica e descritiva, estudando enciclopedicamente tudo de cada região, metodologia que derivava da confusa cosmografia de Kant e Humboldt (pontos sumários da carta de Schaefer, 1953, ao Editor dos *Annals of the Association of American Geography*, transcrita parcialmente por Martin, 1989, p.72).

O desenvolvimento das ciências naturais ao longo dos séculos 18 e 19, para Schaefer, apontava no sentido de que a descrição, mesmo seguida de classificação, não era mais suficiente pois “não explicava o modo como os fenômenos se distribuem pelo globo” (SCHAEFER, 1996, p.573). Seria preciso lembrar-se de Humboldt e Ritter, para os quais “todas as relações naturais, e conseqüentemente todas as relações espaciais, eram governadas por leis” (Naturalismo, Objetivismo) que era o que deveria interessar à Geografia, e não fatos individuais (SCHAEFER, 1996, p.573) ou singularidades.

Com tais pontos de vista, o programa epistemológico positivista de Schaefer colidia frontalmente contra o Subjetivismo e o reconhecimento da experiência, da cultura e do indivíduo e da singularidade presentes nos conceitos de espaço e de tempo de Kant, cuja concepção era o suporte para as metodologias da Geografia e da História - em contraste com as ciências sistemáticas – e que sem dúvida constituía uma das bases da variante historicista que era hiper-dominante na Geografia de então (SCHAEFER, 1996, p.576)(7).

A busca dos “essenciais”: teorias e lógica

Importante observar quanto à experiência científica produzida pela geografia espacial que, como o escreveu Morrill, “se a Geografia desejava se tornar respeitada, ela havia que se preocupar com teoria, e que a busca pela construção teórica e os conseqüentes testes requeriam métodos melhores que o que eles conheciam” (MORRILL, 1984, p.59)(8). Havia uma busca do conhecimento, isto acarretando um enorme esforço na construção de modelos normativos e dedutivos ou indutivos de base estatística (LIVINGSTONE, 1992, p.319).

Tal situação dual metodológica – leis ou tendências ou abstrações versus circunstâncias culturais e ambientais – pode ser melhor esclarecida pelas palavras de W. Christaller, que retoma o método da verificação da teoria empregado por Alfred Weber. Como uma criação teórica, um modelo possuiria uma validade completamente independente da aparência da realidade (valor teórico ou ideal), mas isto somente no campo da lógica. Afirmava Christaller que a teoria deveria ser verificada para que se soubesse em que medida realidade e teoria estariam em correspondência:

Os fatos que a teoria não consegue explicar devem ser esclarecidos através dos métodos históricos e geográficos, uma vez que eles envolvem resistências condicionadas pela natureza,

pela história e personalidades – fatores que causam desvios em relação à teoria. Eles não têm nenhuma relação com a teoria em si, e, mais que tudo, não podem ser citados diretamente como provas contra a validade da teoria.” (CHRISTALLER, 1966, p.5).

A idéia, a teoria, os essenciais, teriam valor em si e transcendente às circunstâncias; portanto, há, como o próprio nome Geografia teórica sugere, um primado da subjetividade teórica que colidia com o primado do materialismo descritivo e historicista da Geografia corográfica e regional.

A revolução perspectivista em Geografia

Mal a última revolução tinha os seus resultados rotinizados no trabalho geográfico, vinha uma nova caudal de mudanças. O que seria a partir de então, daqueles finais dos anos de 1960, o espaço na Geografia? Passaria também ser um espaço com ilimitadas ou n dimensões(9), e não mais duas ou três ou quatro. Para o relativismo o que importa é a ação do sujeito (agentes), os processos e os contextos espaciais relativos. O espaço não seria nunca irreferenciado (puro, absoluto), mas sim relativo a alguma coisa. Deconstruções cartográficas apareceram. O espaço já havia sido relativizado pela Geografia teórica quando foi simplificado ou reduzido às exigências das verificações de hipóteses (isotrópico, dimensões fixadas). O relativismo dava progressão a isto.

O relativismo – também denominado de perspectivismo – é uma doutrina do conceito de verdade em ciência segundo a qual não é um objeto – o externo –, mas sim outra coisa que não é este objeto que passa a funcionar como norma da verdade. A coisa externa ao objeto e em relação com ele, isto é, o sujeito com sua dinâmica psyche apoiada em antíteses (JUNG, 1995, p.383), com suas condições culturais, sociais, políticas, étnicas, econômicas, etc, é que dá sentido ao objeto. Inexistiria norma de verdade derivada de um objeto e válida universalmente para todos.

A basear-se em Jung (1995, p.384) “a psyche não pode saltar para fora de si. Ela não pode produzir verdades absolutas, por que sua própria polaridade determina a relatividade das suas afirmações.” Instalou-se um processo variado de auto-reflexão cultural e filosófica na Geografia, e os resultados foram surpreendentes e multidisciplinares, deixando a disciplina de focalizar “exclusivamente” (BUTTNER, 1996, p.55) nos métodos e técnicas, e nas expressões exteriores (SPETH, 1999, p.23) como vinha acontecendo.

Os espaços relativos da percepção

Muitos estudos se desenvolveram colocando ênfase no papel do sujeito na apreensão do espaço. Em vez de o espaço e seus múltiplos objetos serem considerados os estruturadores das suas próprias representações, os sujeitos que representam - e suas circunstâncias e vontades - passam a exercer o papel central, numa reação anti-positivista que recupera traços da filosofia kantiana(10) e do Individualismo de Schopenhauer (1999, 2001) e Nietzsche, como reação anti-hegeliana e anti-totalizante. Há um resgate da singularidade da experiência geográfica e humana(11).

A concepção relativista do espaço abriu muitas sendas ou vias de pesquisa na Geografia, ao mesmo tempo que deconstruía através do perspectivismo – social, cultural, político, etc – temas e abordagens habitualizadas, rotinizadas na disciplina. Desta maneira, o subjetivismo trouxe para a Geografia uma onda de renovação, inquietação, desorientação e reação similar à trazida pelo esforço teórico.

A inquirição epistemológica moveu-se numa direção inesperada. Tanto sob a dominância dos estudos das singularidades regionais (estudos idiográficos) e das regionalizações classificatórias (tipológicas), quanto na busca das regularidades espaciais ou leis – estudos nomotéticos - , a disciplina estava muito orientada para o exterior e para a discussão de princípios ou teórica, técnica ou metodológica, para acessar este exterior. Havia um reducionismo no pensamento: a tecnificação do pensamento geográfico (BUTTNER, 1996, p.77). Uma terra incógnita (inconsciente epistemológico?) na mente humana, além

do nível histórico – contingente dos paradigmas – idiográfico, tipológico/classificatório, teórico, estrutural – fora identificada com apoio nos estudos clássicos, culturais e das humanidades, ou artes liberais.

Anne Buttimer (1996), com base em Stephen Pepper (1970) sobre as relativamente adequadas visões de mundo ocidentais, propõe que as visões de realidade que os geógrafos têm apresentado, não obstante sob paradigmas diferentes (circunstâncias, contingências) poderiam ser entendidas mediante pelo menos quatro metáforas: formismo, mecanismo, organicismo e contextualismo(12). Aparentemente diversos, marxismo e ciência espacial compartilham da mesma metáfora do mecanismo (BUTTIMER, 1996)(13), por exemplo. O reconhecimento das metáforas – comunalidades transcendentais aos campos circunstanciais dos paradigmas – oportunizariam vias para um diálogo entre paradigmas, descortinando-se a via socrática que persiste “na jornada rumo ao auto-conhecimento crítico e emancipação de tudo que impede a aventura da razão (logos)” (BUTTIMER, 1996, p.55) e evitando-se que cada paradigma continuasse narcisicamente encantado e paralizado em si mesmo (Buttimer, 1996, p.55).

Deconstrucionismo e dinâmica epistemológica na Geografia

Muitas iniciativas, e em bases diversas, cooperaram na deconstrução ou auto-conhecimento crítico da disciplina. E o que significou deconstruir em Geografia? Para N. Webb, o deconstrucionismo – uma ferramenta intelectual do perspectivismo – na Geografia desenvolve-se a partir dos anos de 1970 e se constitui numa força crescente no sentido de rever ou mesmo ameaçar a construção da disciplina ao longo dos últimos dois séculos. Perseguiu-se, segundo Webb, “através do questionamento do significado das palavras e da lógica dos raciocínios” transformar os formatos cognitivos empregados pelos geógrafos para dar conta da realidade, sua concepção básica de realidade. Uma verdadeira, diga-se, guerrilha epistemológica de superação dos dominantes estruturalismo e positivismo. “O que deconstrucionismo oferece é incerteza, significados fraturados e insegurança”, opina Webb (1991, p.123).

Imergiam-se os temas, os procedimentos, os pressupostos e as palavras rotinizadas na disciplina nas relações políticas e sociais para decifrar-lhes, ou atribuir-lhes, novos sentidos na perspectiva de pontos de vista apoiados em outros sujeitos. É assim que se deconstrói, por exemplo, a tão internalizada estetização naturalista e histórico-preservacionista da paisagem, atitude não científica ou universal, ainda que assim se procure legitimar, mas peculiar a determinados estratos sociais e culturais que compartilham certos simbolismos. No caso de áreas rurais ou urbanas, tais visões de realidade – que deveriam ser deconstruídas – podem conduzir a práticas de planejamento e apropriação do espaço – reservas ambientais, regulamentações urbanas – legitimadoras de exclusão social (DUNCAN; DUNCAN, 2001).

O tradicional conceito de lugar da Geografia clássica, conceito-gêmeo do de espaço geográfico, referente a uma localização absoluta principalmente na sua substância, foi expandido para não somente ser algo não necessariamente “atrelado a uma localização” mas também para que se explorasse a multitude das relações e significados que ele comporta a partir do indivíduo e sua subjetividade (TUAN, 1983, pub. orig. em 1977; TUAN, 1999, p.105-6). O conceito de cultura, central na Geografia humana e cultural americana, recebeu análise circunstanciada e deconstrutora (DUNCAN, 1980) da sua natureza de super-conceito, assim como aconteceu à empresa do marxismo estrutural na disciplina, com a super-organicidade dos seus conceitos e meganarrativas (DUNCAN; LEY, 1982; LEY, 1996).

Estava em curso naqueles anos finais do século 20, sem dúvida, uma profunda mudança de atitudes e crenças dentro de seções da Geografia, não sem consideráveis doses de mal estar no grupamento profissional vez que efeitos eram por vezes mais destrutivos que dialógicos e criativos. Novas idolatrias traziam esquecimentos, novos textos reverenciados soterravam apressadamente referências anteriores. Na verdade, o que se estava a requerer era uma marcada flexibilização de natureza epistemológica, sensibilidade histórica e cultural, compreensão acadêmica e uma notável coragem para enfrentar as perdas das ilusões e legitimações, adquirindo novas, e descortinando caminhos, o que parece que acabou prevalecendo.

Tecnologia, espaços e plasticidade

Uma via de análise da relatividade do espaço brandiu o conceito de plasticidade do espaço ou espaço plástico, em oposição à rigidez do espaço absoluto ou geográfico. A relatividade daquele tipo de espaço resultaria do seguinte: as distâncias-tempo ou as distâncias-custo que estruturam os assentamentos humanos resultam em parte da demanda sócio-econômica, das alterações nas tecnologias e nos estilos de vida e consumo, e uma vez que estas variáveis são dinâmicas, estes tipos de espaço de relações que se criam e se desenvolvem “são naturalmente dinâmicos e relativos” (HOLT-JENSEN, 1988, p.74, baseando-se em FORER, 1978, p.235; HARVEY, 1994, p.257)(14) também e nunca reduzíveis ou expressáveis mediante a representação convencional cartográfica do espaço absoluto.

A noção de distância é relativa à disponibilidade de tecnologia, aos arranjos institucionais(15) e ao envolvimento entre os pontos; o alcance de um bem ou serviço – ou mais geralmente falando, o alcance de uma localidade central – seria relativo à tecnologia e à demanda, esta entendida não somente no sentido de possibilidade monetária, mas do perfil cultural, social, posição geográfica diante das redes de relações, e assim por diante. A distância no espaço geográfico perderia relevância ou mesmo qualquer valor explanatório, substituída pelo potencial analítico da posição dos objetos, das pessoas e dos eventos na topologia das diversas redes de circulação, seja de circulação de serviços, idéias, pessoas, bens, finanças, tecnologias, mercados, etc (16).

Conseqüência é que a acurada representação das conectividades (network) tem se constituído num problema de grande urgência e de enorme consumo de esforços e recursos que suportam projetos para mensurar estas conectividades, particularmente no campo da Internet (BROWN, MCGREGOR & BRAUN, 2000). As formas de representação são diversas, ora mais estéticas, ora mais apoiadas no próprio espaço geográfico, ora puramente topológicas, como se pode ver no Atlas do Espaço Cibernético(17). Um exemplo de representação topológica do espaço dos fluxos que conectam universidades e laboratórios nos Estados Unidos foi elaborado por J. Brown, com animação, para mostrar o tráfego das informações (Figura 1).

O espaço cibernético como espaço relativo

A rede mundial dos computadores é um espaço relativo (Figura 2), e diante dela o lugar por si mesmo, o lugar absoluto e definido pelas coordenadas, sofre uma profunda corrosão em seu poder explicativo. Não que as redes sejam novidades sob o sol(18), mas sim que crescentemente, em função, entre outras, das infra-estruturas da tecnologia de informação (IT= Information Technology), as posições dos lugares se absorvem, como o diz M. Castells, com respeito às redes (financeiras, de serviços, educacionais, de tecnologias, etc): as posições dos lugares “são definidas pelos intercâmbios dos fluxos da rede. Conseqüentemente, a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede” (CASTELLS, 1999, p.502)(19).

O espaço cibernético é apenas uma das redes que se encontram entrançadas entre si; mas ele é, crescentemente, a via vital ou infovia e se tem constituído num privilegiado foco de reflexão para aqueles que procuram problematizar as distâncias e as relações espaciais na superfície do planeta nas duas últimas décadas, especialmente nos anos 90. Não estamos mais diante das mesmas redes do mercantilismo e da sociedade industrial. Crescentemente as relações financeiras, industriais, agrícolas, comerciais, a produção cultural, a educação, a política, as relações pessoais e privadas, a ciência e tecnologia e muitos outros aspectos da vida passaram a acontecer por meio de um espaço de fluxos e estoques planetários, e de forma tão dominante que se fala num meio ambiente digital, que é uma rede (network)(20), com seus sites (sítios).

Diante do exposto, difícil é não reconhecer, como o indica Thrift, que “o coração” das grandes mudanças planetárias – culturais e ambientais – está nas revolucionárias condições

espaciais (THRIFT, 1996, p.19), campo de estudo da Geografia, opinião compartilhada no comentário de Edward Soya (1993, p.20) acerca da teoria social contemporânea(21). O espaço cibernético tornou-se uma dimensão cada vez mais central para o entendimento do espaço geográfico, precisamente pelas novas condições criadas por ele para as formas e dinâmicas dos assentamentos humanos na superfície do planeta, sejam urbanos ou rurais, mesmo onde esta dualidade ainda faz sentido.

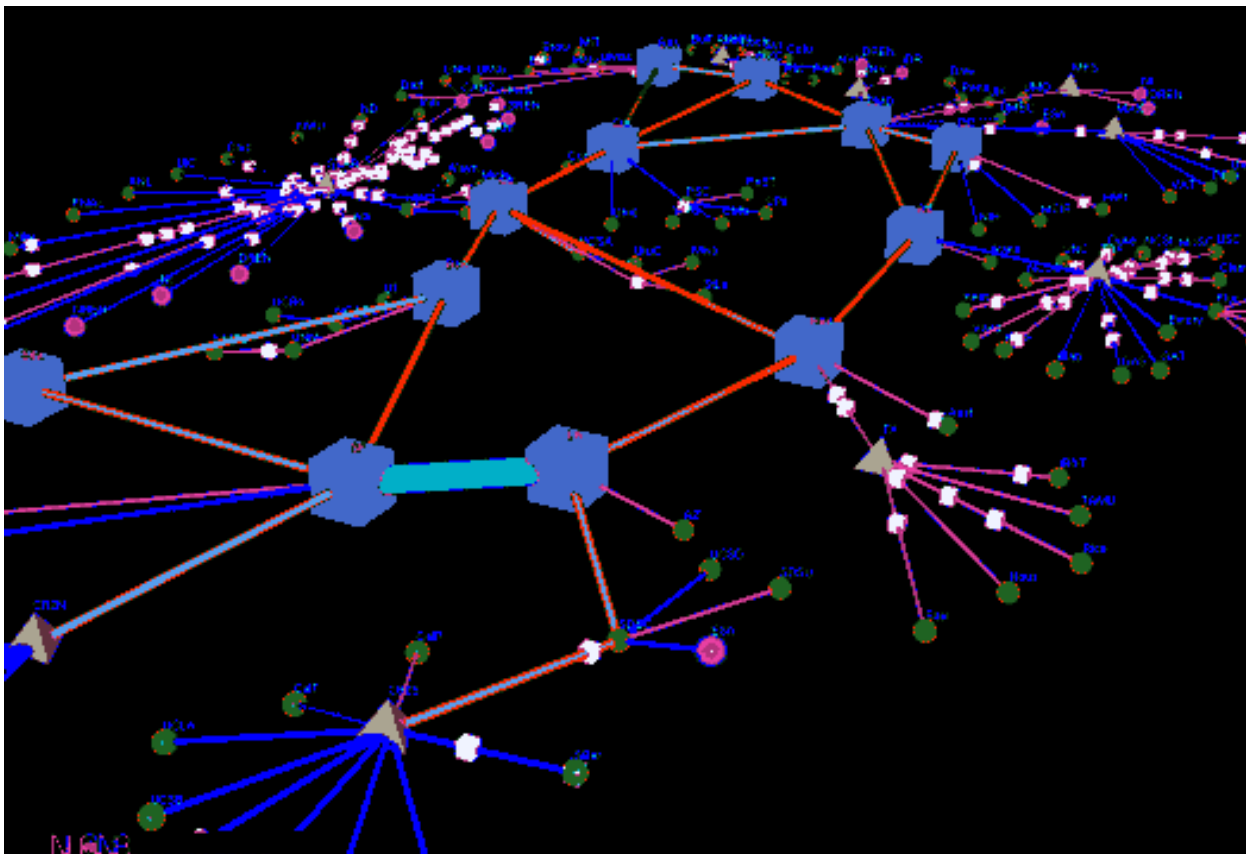


Figura 1: Mapa Topológico de Parte do Espaço Cibernético (network conectando universidades e laboratórios nos EUA) criado por Jeff Brown, do *National Laboratory for Applied Network Research (NLANT)*, U. of California S.Diego (fig. reprd. de www.cybergeography.org/atlas/topology.html). Site mantido por Martin Dodge. Cyber-Geography Research Center for Advanced Spatial Analysis, University College London; versão em Port. por R. Nobrega).

A dominância indutora e transformadora das redes, contudo, não significa que o espaço geográfico deixa de ter relevância na análise geográfica. A VR (Virtual Reality), termo criado por Jaron Lanier, pode ser vista como um meio ambiente ou espaço geográfico simulado. Trata-se de uma recriação da realidade com alto grau de aproximação e uso prático no âmbito da pesquisa e ensino em Geografia, ou em desenhos de paisagem, na arquitetura, nos treinamentos e educação para o tráfego, para atividades militares (STARRS; ANDERSON, 1997, p.153), etc. Poder-se-ia afirmar que os modelos de realidade virtual (VR) tentam recriar ou reproduzir a concreticidade e integralidade do espaço geográfico?

A identificação, a análise, a expressão e o reconhecimento da importância analítica do relativismo dos espaços especiais para o entendimento das mudanças na superfície do planeta reencontram-se com as imagens integradoras do espaço geográfico. Em meados dos anos de 1990, Paul Claval (1998, p.95) insistia no valor do conceito de espaço geográfico como re-unificador da visão geográfica, ao afirmar que as “sociedades não se organizam em um espaço abstrato, separado das contingências materiais... Elas (as sociedades) se criam pelas pessoas que vivem numa determinada época e lugar...” e Milton

Santos (1997, p.51), na mesma direção metodológica oferecia a apreciação integradora de que a configuração espacial é um “conjunto formado pelos sistemas naturais existentes...e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais.”

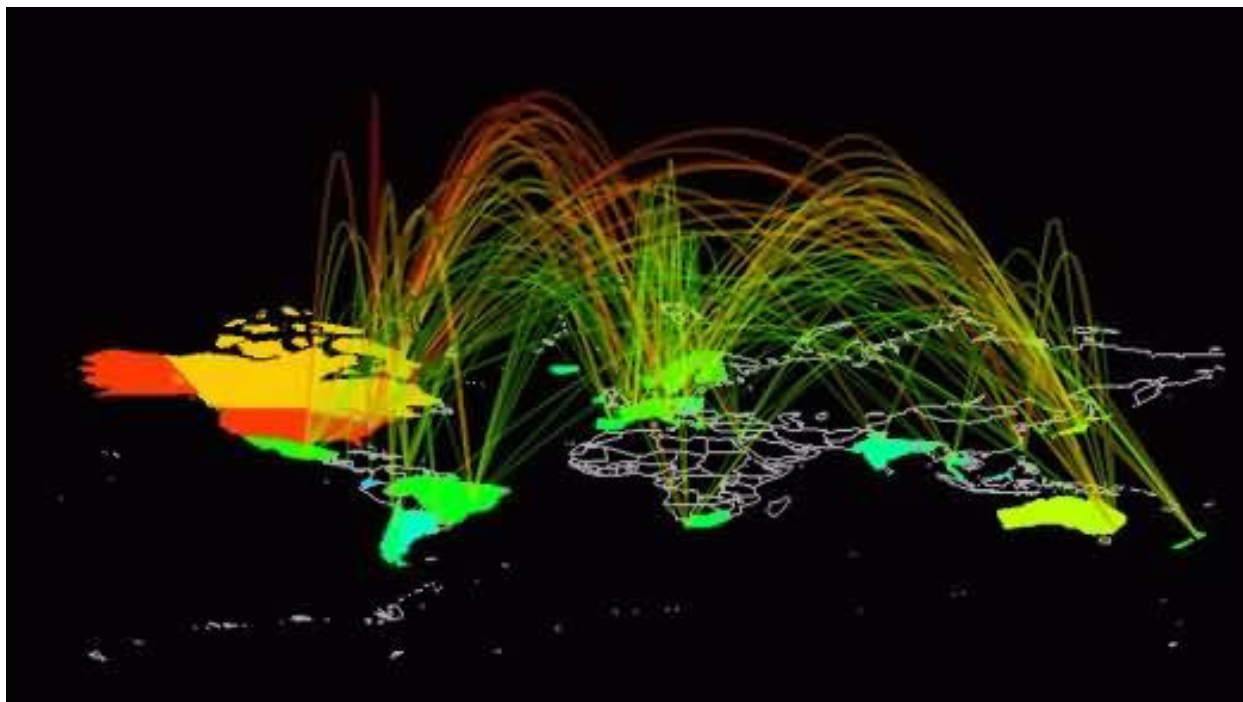


Figura 2: Padrão geográfico de fluxos e intensidade da Internet no espaço geográfico convencional (topográfico); este padrão encontra-se em relação com outras propriedades distributivas deste espaço, tais como renda per capita, regimes políticos, investimentos em C. T. & Educação, expect. de vida, fecundidade, etc (reprod. de: www.cybergeography.org/atlas). Site mantido por Martin Dodge. *Cyber-Geography Research Center for Advanced Spatial Analysis*, University College London; versão em Port. por R.Nobrega.

Considerações finais

A observação atenta da História recente da Geografia acaba oferecendo um resultado animador. É que as concepções que se sucedem ou coexistem, aparentemente antagônicas, não raro acabam se reencontrando no futuro, evidentemente re-atualizadas e filtradas sobrevivendo em seus aspectos mais sustentáveis e essenciais pelo próprio processo das críticas e testes propiciados pelas investigações geográficas baseadas em novas perspectivas.

A iniciativa simbolizada por Schaefer trouxe para a Geografia o hábito de se sistematizar idéias gerais sobre padrões e tendências espaciais dos fenômenos, examinar teorias disponíveis e discutir realidades empíricas à luz delas, verificar-lhes os limites e levantar hipóteses, amplificando as oportunidades de entendimento dos problemas espaciais. Trouxe ainda uma permanente preocupação preditiva acerca dos fenômenos, ajudando a formar uma base informacional útil para desenhar ações antecipatórias de agentes de planejamento e intervenção, tão necessária nos dias atuais. Além disto, desenvolveu um conjunto variado de procedimentos e habilidades técnicas no manuseio de massas de dados, dando à Geografia condições de beneficiar-se efetivamente do desenvolvimento dos sistemas modernos de informações.

As discussões – inclusive o deconstrutivismo – a partir do final dos anos de 1960 ajudaram a aparar excessos abstratos e convenceram muitos geógrafos de que era necessário voltar a conferir maior valor explanatório às contingências sociais, individuais, históricas, políticas, tecnológicas, culturais e ambientais,

que na realidade formam um complexo de variáveis intervenientes no espaço geográfico de difícil formalização, nem por isto menos importantes. Desta maneira, pontos de vista do Historicismo são retomados, o Individualismo colide com o Estruturalismo e com outras grandes explanações ou super-conceitos como Cultura ou Capital, o papel dos estudos das Humanidades se amplia na Geografia, conceitos como o de lugar são revitalizados, mas sem que se deixe de reconhecer que iniciativas, como por exemplo a teórica e sistemática dos meados do século 20, deixara notável legado de contribuição em recursos teóricos, metodológicos e de imaginação na Geografia, tanto quanto as anteriores.

Particularmente interessante é a recorrente necessidade atual do re-encontro entre os espaços relativos e geográfico. A identificação das redes de relações e seus respectivos e caprichosos padrões espaciais, redes de natureza material ou imaginária, coletiva ou individual - os espaços relativos - pode ser seqüenciada pela relativização delas no espaço absoluto ou geográfico ou integrado. A concepção do espaço geográfico, inata, intuída, imperfeitamente traduzida em comunicação, adquire alta relevância epistemológica como integradora das perspectivas analíticas de interpretação da experiência humana na crosta da Terra. Se tomarmos como inspiração o recurso psicográfico mencionado na Introdução deste ensaio, talvez possamos afirmar que crescentemente a Geografia se revela como um bom campo para mid/mesocêntricos, como se ela mesma – não somente as paisagens que estuda – fosse como um palimpsesto.

Agradecimentos

Remeto meus agradecimentos ao CNPQ, à UFPE, à Facepe/PE e à Capes, por suportes de tipos diversos e em várias ocasiões que permitiram o trabalho de pesquisa no qual se baseia o presente ensaio, e às bibliotecas que gentil, irrestrita e gratuitamente ofereceram acesso aos seus ricos acervos.

NOTAS

- (1) Sobre os estudos psicográficos e seu emprego em análises sociológicas e de marketing do comportamento de consumidores e sobre a tipologia psicográfica (tipo aloccêntrico, mais propensos à inovação; psicocêntrico, inibido para a inovação; e mid/mesocêntrico, tipo intermediário entre os dois primeiros), ver Plog, S., s/d.
- (2) Fred Schaefer nasceu em Berlin em 1904 e ganhou a vida enquanto jovem como aprendiz de metalúrgico, ao mesmo tempo que secretariava a secção sindical da juventude social-democrata alemã, esquerda. Ativo e inteligente, estudando à noite, realizou estudos de pós graduação em Ciência Política e Geografia Política. Mas, sofrendo represálias com a ascensão do nacional-socialismo, Schaefer, como milhares de europeus, acabou encontrando refúgio nos EUA em 1938, após passar sucessivamente pela França e Inglaterra. Na América fixou residência em Iowa ajudando refugiados de guerra europeus. Quando o Departamento de Geografia da U. de Iowa foi criado em 1946, tornou-se nele professor. Em 1947 apresentou à Associação dos Geógrafos Americanos o trabalho *Geographical Aspects of Planning in the USSR*. Schaefer faleceu em Junho de 1953 vitimado por ataque cardíaco enquanto seu artigo – *Exceptionalism* (1953) - sofria revisões junto à Associação dos Geógrafos Americanos (MARTIN, 1989, p.73 e 80). Foi o filósofo Gustav Bergmann, amigo e colaborador na U. de Iowa, que realizou as provas finais para a publicação deste artigo, após o falecimento Schaefer.
- (3) W. Bunge compara o uso de dois termos elucidativos para o entendimento da proposta da Geografia teórica ou das generalizações em oposição à Geografia regional ou tradicional: “ao longo do trabalho de Schaefer está o termo ‘espaço’, enquanto Hartshorne usa a palavra idiográfica ‘lugar’. A disputa ‘espaço’ versus ‘lugar’ é uma direta consequência das suas posições acerca do ‘geral’ versus o ‘único’. Hartshorne é pessimista acerca da nossa habilidade para produzir leis geográficas, especialmente a respeito do comportamento humano” (BUNGE, 1962, p.12, cit. por MARTIN, 1989, p.79).
- (4) Dauphiné propõe uma distinção conceitual entre espaço geográfico empírico, correspondente à tarefa mais descritiva da Geografia e da Cartografia, e o espaço geográfico teórico, em cujos exemplos estariam arrolados os modelos da análise espacial (DAUPHINÉ, 1991, pp.48-52).
- (5) O trabalho de Walter Christaller, a fonte para a Geografia como ciência espacial no campo dos estudos teóricos sobre as regularidades e tendências espaciais dos assentamentos e do povoamento urbanos é o *Central Places in Southern Germany* (1966), publicado em 1933. O trabalho só se tornou mais conhecido cerca de duas décadas depois, nos anos de 1950 resgatado pelos estudos ‘espaciais’, e apenas em 1966 foi publicado em Inglês. Alfred Weber é responsável por estudos pioneiros na localização da função industrial, com seu livro originalmente publicado em 1909 e traduzido para o Inglês em 1929 com o título *Theory of the location of industries*, e Johann Heinrich von Thünen (1783-1850) elaborou um modelo de ordenamento teórico do uso do solo. Como observaram Bradford & Kent, todos procuravam encontrar “ordem na informação caótica”, regularidades, e utilizavam hipóteses e superfícies (espaços) teóricas e simplificadas para proceder às simulações em busca da descoberta de leis ou tendências espaciais (BRADFORD; KENT, 1987, p.67).

- (6) Os freqüentadores do Círculo de Viena compartilhavam da doutrina que a ciência baseava-se em comprovações da experiência (verificação). Karl Popper, em sua Autobiografia Intelectual, declara o seu débito para com o círculo, apesar de dizer que dele nunca participou diretamente, mas que se beneficiou do seu halo, ou da convivência com integrantes dele (1977, p.91,97). “O que mais me fascinava no Círculo”, escreve K. Popper, “era a atitude científica, ou, como agora prefiro denominá-la, a atitude racional” (Popper, 1977, p.96) que submetia as opiniões ou crenças ou hipóteses ou teorias à suspensão e aos testes de verificação. Contudo, Popper discordava de certa tendência existente de eliminar a Metafísica com a justificativa de que “suas teses não podem ser racionalmente justificadas”, ou que a pluralidade dos sistemas filosóficos seria condenável (POPPER, 1977, p.96).
- (7) “O pai do ‘exceptionalism’”, afirma Shaefer, “é Immanuel Kant. Apesar de sem dúvida um dos grandes filósofos do século 18, Kant era um ‘poor geographer’ quando comparado aos seus contemporâneos ou mesmo Bernard Varenius que faleceu cento e cinquenta anos antes dele” (1996, p.576).
- (8) É inverter as polaridades definir o programa para a Geografia proposto por Schaefer como geografia quantitativa, uma vez que massivas técnicas quantitativas vieram a ser aplicadas sob a égide da atitude tipológica/regional caracteristicamente hartshorniana – à qual Schaefer se opunha -, como observa Darlene Ferreira ao estudar a história da Geografia Agrária no Brasil no período de 1930 a 1990 (2002, p.270-271). Maurício Abreu, em exaustiva revisão da Geografia Urbana no Brasil, afirma que embora “tenha havido uma transformação sensível na Geografia Urbana (e humana) brasileira a partir de 1970, não houve aqui uma revolução positivista conforme ocorreu, por exemplo, nos EUA. E isto deveu-se principalmente ao fato de que, aqui, não se seguiu a regra máxima do neopositivismo, qual seja, a de que o avanço da ciência se realiza apenas a partir do raciocínio, de conceitos hipotéticos, de axiomas, e não a partir da observação” (1994, p.49-50). As técnicas quantitativas necessitam ser compreendidas como corolário da atitude teórico-positivista diante da realidade para que seu uso indique atitudes teóricas. A atitude teórica pode mesmo prescindir de técnicas quantitativas. Muitos modelos gerais evidenciando regularidades espaciais, como o modelo indutivo do desenvolvimento do povoamento em contextos coloniais de Taffee, Morrill & Gould, apesar de inspirados na possibilidade da simplificação do espaço para uma superfície isotrópica, não envolviam técnicas estatísticas. Realizando-se revisões bibliográficas dos desenvolvimentos dos diversos ramos sistemáticos da Geografia Humana nas últimas décadas poder-se-á avaliar a dimensão epistemológica e vasta da contribuição da atitude teórica na Geografia, inclusive na recentemente expansiva Geografia do Turismo (CROCIA, 2002, 2003).
- (9) No espaço geográfico considera-se três dimensões: as duas que dão as localizações dos elementos no plano-superfície (latitude e longitude), e a altitude. Ai com estas dimensões temos o espaço tridimensional. A isto se adiciona uma quarta dimensão, o tempo.
- (10) Neste sentido, e sem evitar a simplificação, observe-se como Popper distingue entre o subjetivismo kantiano e o Realismo (Objetivismo): os idealistas admitem que “nossas teorias são ativamente produzidas por nossas mentes” (Popper, 1977, p.90); de modo contrastante, o Realismo/Objetivismo tende a ver a teoria como resultado “da impressão que a realidade exerceria sobre nós” (idem, p.90).
- (11) “Quando um indivíduo morre, um conjunto de sentimentos e pensamentos, toda uma maneira de apreciar a natureza e a cultura, toda uma multitude de formas de reverenciar Deus é removida do universo” (TUAN, 2002, p.317).
- (12) Stephen Pepper, filósofo, ao tempo do seu falecimento era Professor na Universidade da Califórnia, Berkeley. Com formação em Física, Psicologia e Humanidades explorou na Filosofia o campo das relações entre a Metafísica e a Epistemologia, assunto do seu *World Hypotheses* originalmente publicado em 1942. Duas outras metáforas de base na cognição seriam o animismo e o misticismo (PEPPER, 1970).
- (13) A linguagem geográfica, de fato, revela estas metáforas (Buttimer, 1996, p.57) através de termos como artérias ou redes de circulação, morfologia, pólos, aglomerados, etc.
- (14) David Harvey considera as décadas de 1970 e 1980 de marcada “compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (1994, p.256).
- (15) As políticas desregulatórias nas telecomunicações nos anos finais de 1980, privatizando ou quebrando monopólios do setor e facilitando a internacionalização das suas firmas, foram decisivas no encurtamento das distâncias mediante ampliação das redes e barateamento das transmissões (Warf, 1989, p.258-9).
- (16) Castells (1999, p.565) postula que “a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade.”
- (17) <http://www.cybergeography.org>.
- (18) O caminho de Vasco da Gama para as Índias e os caminhos dos tropeiros pelo interior do Brasil formaram redes. Os trabalhos de Taffee et all (1963) e de Christaller (1966), de fato, são sobre padrões espaciais-topológicos de redes e conectividades. Ver Santos, 1997, p.210.
- (19) Para Castells (1999, p.501) e Santos (1997) o espaço contemporâneo é espaço de fluxos. Este espaço abstrato envolveria pelo menos três elementos ou camadas: o circuito de impulsos eletrônicos, os nós (centros de funções estratégicas) e a organização espacial das elites gerenciais dominantes/cosmopolitas que organizam os fluxos a partir dos centros estratégicos importantes (CASTELLS, 1999, pp.502-505).
- (20) Representações disto podem ser vistas no mencionado Atlas do espaço cibernético.
- (21) “Por mais de uma década”, i. é, após as primeiras críticas pós modernas nos finais dos anos de 1960, “o projeto espacializante continuou estranhamente emudecido pela reafirmação tranquila da primazia da história sobre a geografia, que abarcava tanto o marxismo ocidental quanto a ciência social liberal numa visão praticamente santificada do passado eternamente cumulativo” (SOYA, 1993, p.20).

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**, 56(1/4): 21-122, Rio de Janeiro, 1994.
- AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. **Human Geography: an essential anthology**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- ATLAS OF CIBERSPACE*: www.cybergeography.org.
- BAILLY, A. S.(org.); RAFFESTIN, C.; CLAVAL, P. e al. **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Masson, 1991.
- BERGMANN, Gustav. **The Metaphysics of Logical Positivism**. Greenwood: 1978.
- BRADFORD, M.; KENT, W. **Geografia humana: teorias e suas aplicações**. Lisboa: Gradiva, 1987).
- BROWN, J. A.; MCGREGOR, A. J.; BRAUN, H-W. 'Network Performance Visualization: Insight Through Animation', University of California San Diego/NLANR, 2000. 9 p. (disponível em www.cybergeography.org/atlas).
- BUNGE, William (1962), *Theoretical Geography*. Lund Studies in Geography, Ser. C, general and Mathematical Geography 1: viii, cit. por Martin, 1989, op.cit.
- BUTTNER, Anne (1996), Musing on Helicon: root metaphors and geography. In: AGNEW, Livingstone; ROGERS, op.cit, pp.54-65, originalmente publicado em **Geographiska Annaler**, 64B. pp. 89-96, 1982.
- CASTELLS, Manuel **A Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999. vol.I.
- CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- CLAVAL, Paul. **An Introduction to Regional Geography**. Oxford: Blackwell, 1998. (trans. by Ian Thompson, orig. publ. 1991).
- CROCIA (de Barros), Nilson. Análise Regional e Destinações Turísticas: possib. teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo. **Turismo: visão e ação, Revista do Programa de Pós Graduação em Turismo & Hotelaria da Univali**, 4(11):9-38, 2002.
- CROCIA (de Barros), Nilson, A Geographical analysis of one destination experience: tourism expansion in coastal North East Brazil. Paper presented at the **Annual Conference of The Royal Geographical Society/ Institute of British Geographers**, London, September 2003.
- DAUPHINÉ, André. Espace terrestre et espace géographique. In: BAILLY, A. S.(org.), **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Masson, 1991. pp.43-53.
- DUNCAN, James. The Superorganic in American Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, 70 (2): 181-198, 1980. (Publicado em Português na revista *Espaço e Cultura*, nº 13, pp.7-33, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/NEPEC, 1996, trad. de B. Juaçaba e Maria Facó).
- DUNCAN, J. & DUNCAN, N. The Aesthetization of the Politics of Landscape Preservation. **Annals of the Association of American Geographers**, 91 (2):387-409, 2001.
- DUNCAN, James & LEY, David. Structural Marxism and Cultural Geography: a critical assesment. **Annals of the Association of American Geographers**, 72 (1): 30-55, 1982.
- FERREIRA, Darlene A. de O. **Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil (1930/1990)**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- FORER, P. A place for plastic space. **Progress in Human Geography**, vol.2, pp.230-67, 1978. (cit. por Holt-Jensen (1988), op.cit.)
- HARVEY, David. **A condição pós moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HOLT-JENSEN, Arild. **Geography: history and concepts**. London: Paul Chapman, 1988.
- JUNG, C. G. **Memories, Dreams and Reflections**. London: Fontana Press, 1995.
- KANT, I. **Physische geographie**, ed. F.T. Rink, Koeningsberg, 1802, (cit. por Schaefer, 1996, op.cit, e Unwin, 1991, op.cit.)
- KANT, I. Estética transcendental: do Espaço. In: Kant, I., **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999. pp.73-77. (ed. de 1787).
- KOELSCH, W. A. Academic Geography: American Style: A Institutional perspective. In: **Geography: Discipline, Profession and Subject since 1870: An International Survey**, ed. by G. Dunbar, *GeoJournal Library* 62, Kluwer, The Netherlands, 2001.
- LEY, David. Geography without human agency: a humanistic critique. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. **Human Geography: an essential anthology**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996. p.192-210.
- LIVINGSTONE, David N. **The Geographical Tradition**. London: Blackwell, 1992.

- MARTIN, Geoffrey J. The Nature of Geography and the Schaefer-Hartshorne Debate. **Reflection on Richard Hartshorne's**: the Nature of Geography, Association of American Geographers, pp.69-90, 1989.
- MORRIL, Richard L. Recollections of the 'Quantitative Revolution's Early Years: The University of Washington 1955-65. In: BILLINGE, M.; GREGORY D.; MARTIN R. (edit.). **Recollections of a revolution: Geography as Spatial Science**. London: MacMillan Press, 1984. pp.57-72.
- PEPPER, Stephen. **World Hypotheses**. University of California, Press/Berkeley, 1970, (cit. por Buttimer, 1996 - orig. pub. 1942).
- PLOG, Stanley. Understanding Psychographics in Tourism Research. In: **Travel, Tourism & Hospitality: a Handbook for Managers and Researchers**, ed. by J. Ritchie e G. Goeldner, J. Wiley & Sons, N. York, pp.203-213, (s/d).
- POPPER, Karl. **Autobiografia intelectual**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHAEFER, F. K. Exceptionalism in Geography. In: AGNEW, Livingstone & ROGERS (org.) **Human Geography: an essential anthology**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996. pp. 571-589, (orig. pub. nos *Annals of The AAG*, 43: 226-249, 1953) (em Port.: *Bol. de Geografia Teorética*, 7(13):5-37, (1996).
- SCHOPENHAUER, Arthur (1999), Crítica da filosofia kantiana. In: **Arthur Schopenhauer: coletânea**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999. pp. 115-235.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre a Filosofia Universitária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (orig. publicado em 1851).
- SOYA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SPETH, William W. **How it came to be**: Carl Sauer, Franz Boas and the Meanings of Anthropogeography. Ellensburgh: Ephemera Press, 1999.
- STARRS, Paul F. & ANDERSON, Julie. The words of cyberspace. **The Geographical Review**, 87(2), pp.146-154, 1997.
- TAFFEE, E.; MORRIL, R.; GOULD, P. Transport expansion in under developed countries. **The Geographical Review**, 53:503-529, 1963.
- THRIFT, Nigel. A Hyperactive World. In: JOHSTON, R.J; TAYLOR, P. J.; WATTS, M. **Geographies of global change**. Oxford: Blackwell, 1996.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. **Who Am I?** Madison: The University of Wisconsin Press, 1999.
- _____. Community, Society and the Individual. **The Geographical Review**, 92 (3): 307-318, 2002.
- UNWIN, Tim. **The place of Geography**. Essex: Longman Sc. & Tech., 1992
- WARF, Barney. Telecommunications and the globalization of financial services. **The Professional Geographer**, 41(3): 257-271, 1989.
- WEBB, N. L. Deconstruction and Human Geography: exploring four basic themes. **South African Geographer**, 18 (1/2): 123-133, 1991.